

O SEGREDO DOS PINHEIROS

Luiz Dantas (*)

“Então, longamente, don Giuseppe, explicava-lhe que o trabalho do historiador não era mais que um *imbroglio*, uma vasta impostura. E que havia mais mérito em inventar a história, do que em transcrever, fiel e simplesmente, velhos papéis. . .”

Leonardo Sciascia — *O Conselho do Egito*.

O leitor contemporâneo da *Revue des Deux Mondes* tem em mãos cada dois meses uma publicação que atravessou um século e meio de vida ininterrupta. Um olhar retrospectivo aos primeiros anos de sua existência, se não desvendar por acaso o mistério da longevidade, com certeza esclarecerá a genealogia da publicação.

Nos anos conturbados de 1830 uma revista surgia em Paris, cujo título era o resumo de seu programa: *Journal de Voyages*. Um ano mais tarde, desse embrião nasceu enfim a *Revue des Deux Mondes*, onde a literatura veio juntar-se às crônicas de viagem. O fundador da nova revista era um jovem de 27 anos, François Buloz, que guardou o posto de direção até sua morte em 1877. Dinâmico, ele também foi um pioneiro: até então as demais revistas literárias francesas tinham sido efêmeras e de feição pouco definida. Durante toda sua vida, François Buloz lutou para que sua revista aparecesse com regularidade, e imprimiu-lhe um programa preciso. Tomou como modelo as revistas inglesas, a *Britânica* e a *de Edimburgo*, com as quais o

(*) da Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse, França.

público francês já estava habituado. Para consolidar o projeto, reuniu uma verdadeira elite de redatores.

François Buloz foi um descobridor de talentos, trazendo para a *Revue des Deux Mondes* uma geração de novos escritores que se tornariam dentro de pouco tempo uma reunião de glórias nacionais. Ele pode orgulhar-se de ter publicado os originais de *Stello*, *Laurette* e *Capitaine Renaud* de Alfred de Vigny; *Les deux voix* de Victor Hugo; *Impressions de Voyage* de Alexandre Dumas, os primeiros escritos de George Sand e textos de Balzac; e *Colomba* de Prosper Mérimée. A nova crítica literária estava representada por Sainte-Beuve e Gustave Planche. O leitor brasileiro descobrirá com prazer, associados à revista, os nomes de Auguste de Sainte-Hilaire e de Ferdinand Denis, que desde os primeiros anos de existência da publicação asseguraram a presença e o interesse pelo Brasil.

O periódico evoluiu pouco a pouco, alargando seu campo de ação, abrindo-se a trabalhos de filosofia e ciência, deixando de ser unicamente literário. A política não estava ausente de suas preocupações, e nas décadas de 1850 a 70, que coincidem com as de sua expansão e maior notoriedade, a *Revue des Deux Mondes* representou um núcleo de oposição, moderada sem dúvida, mas firme, ao "Second Empire", o regime de Napoleão III. Graças à sua coloração conservadora e liberal, mas sobretudo à sua independência, atravessou intacta o século XIX. A independência não se exerceu unicamente com relação aos partidos políticos, mas também no que toca aos colaboradores da revista, mesmo os mais ilustres. As polémicas literárias foram numerosas, e a história nos reteve ao menos duas: Gustave Planche, que ousara criticar a produção teatral de Victor Hugo atraiu sobre a revista o ódio olímpico do mestre no exílio, que exigia a demissão do redator. François Buloz não cedeu, e a *Revue des Deux Mondes* passou a contar com um inimigo de peso. O mesmo incidente se produziu com relação a Alexandre Dumas, que manteve com o crítico polémica injuriosa.

A *Revue des Deux Mondes* não era publicação acessível, o custo das assinaturas anuais representava uma soma considerável. Privilégio de poucos, tornou-se uma das leituras prediletas da burguesia cultivada. Emile Zola, na sua pintura da sociedade do "Second Empire", descreve um lar abastado em *Pot-bouille* (os Duveyrier) com um exemplar da revista esquecido sobre uma mesa.

A partir de 1893 a direção da revista foi assegurada pelo crítico Ferdinand Brunetière, que não conseguiu entretanto imprimir-lhe um novo impulso. Com a morte de François Buloz a *Revue des Deux Mondes* perdeu seu grande animador, e esse primeiro século de existência permanecerá como seu período áureo.

Autor de um bom número de artigos, Jean Théodore Lacordaire pertence a esse grupo de colaboradores brilhantes que a revista reuniu nos primeiros anos de publicação. Irmão do pregador dominicano Henri Lacordaire, ele nasceu em Recey-sur-Curce, próximo de Dijon, em 1801. Fez estudos de direito na faculdade de Dijon, embora bem cedo se interessasse pelas ciências naturais. Visitou por quatro vezes a América do Sul, entre 1825 e 1832, e fez uma excursão ao Senegal. De volta à França lançou-se no jornalismo, colaborando ao mesmo tempo na revista *Le Temps* (que mais tarde daria origem ao jornal *Le Monde*), e ligando essa ativi-

dade à sua experiência do Novo Mundo. Tornou-se professor (1835) e em seguida reitor da faculdade de ciências da universidade de Liège, na Bélgica (1850). Membro igualmente da academia de Bruxelas, foi conhecido sobretudo enquanto entomologista, tendo publicado uma *Introduction à l'entomologie* (1834-7), a *Faune entomologique des environs de Paris* (1835), e uma *Histoire naturelle des insectes* (1854-68). Suas publicações na *Revue des Deux Mondes* distribuem-se entre 1832 e 1835, datas de seu retorno e do início de sua carreira no magistério. O Brasil é objeto de dois estudos: "Un souvenir du Brésil" (15.9.1832) e "L'or des Pinheiros -- un récit du Brésil" (1.5.1835). Um certo número de artigos seus fazem em seguida referência à América do Sul: "La bataille de Tablada, épisode des guerres civiles de Buenos Ayres" (1.10.1832); "Moeurs des jaguars de l'Amérique du Sud" (1.12.1832); "Excursion dans L'Oyapock" (15.12.1832 e 1.2.1833); e "Une Estancia" (15.3.1833). Temos igualmente, completando sua bibliografia, uma série de resenhas ou comentários de obras de viagem. Théodore Lacordaire faleceu em Liège em 1870.

Entre as inúmeras descrições de viagens, balanços, notícias ou resenhas sobre nosso país, publicados durante o século XIX pela *Revue des Deux Mondes*, a narrativa de Lacordaire, "O Ouro dos Pinheiros", sobressai pelo seu caráter particular, enquanto literatura de inspiração exótica e histórica. Sem dúvida a classificação de um gênero e a delimitação entre o histórico e a ficção constituem tarefa delicada. Lacordaire elabora sua narrativa paulista a partir de conhecimentos sólidos, de uma experiência brasileira vivida, realizando aquilo que o Sr. Jean Paul Bruyas, em sua edição de *os Machakalis* de Ferdinand Denis, chama com felicidade de "diálogo entre a voz da lembrança e a voz dos livros". Sua fonte erudita, cuja citação aparece desde as primeiras linhas, é a monumental *História do Brasil* de Robert Southey, publicada em Londres entre os anos de 1810 e 1819 (a edição brasileira traduzida é bem mais tardia, de 1862). O nome do historiador inglês não era estranho aos ouvidos daqueles que se interessavam pelo Brasil nesse começo do século XIX, e particularmente dos franceses residentes no Rio de Janeiro, reunidos em torno da família Taunay, formando a chamada "Colônia da Tijuca". O Prof. Antonio Candido, em sua *Formação da Literatura Brasileira* (19 vol., p. 280), lembra que nos poemas *Idílios Brasileiros*, publicados em 1830, Théodore Taunay parafraseava Robert Southey justamente. "O Ouro dos Pinheiros", crônica de Lacordaire, vem então integrar esse grupo de obras de expressão francesa, mas de inspiração brasileira. (1)

Entretanto, a fonte livresca não será o traço de aproximação mais importante, nem o único, entre nosso autor e o grupo de escritores pré-românticos que visitaram ou residiram em nosso país nessa época; se nos perguntarmos qual seria o impulso

(1) Robert Southey não é o único autor citado; são lembradas igualmente as obras dos jesuítas Charlevoix e Simão de Vasconcelos, e a de Frei Gaspar da Madre de Deus. Lacordaire tomou certamente contato com esses autores estudando a *História do Brasil*, onde são amplamente citados.

que atraiu o jovem Lacordaire à terra brasileira, encontraremos resposta sugestiva ao longo mesmo de seu "Un souvenir du Brésil". Ele diz: "Lá você caminha de encantamento em encantamento. Todos os recantos risonhos que sonhar, onde a vida desliza como uma onda calma, refúgios criados para você somente, Campos Elíseos num outro mundo, apagar-se-ão e desaparecerão diante destas realidades da natureza" (p. 656). É a sensibilidade romântica e seus temas que surgem aí com clareza: a emoção diante da paisagem nova da América sobrepujando como fonte de inspiração a da Europa; essa visão substituindo para o artista a evocação do mundo néo-clássico. Lacordaire acrescenta mais adiante: "O poder do homem luta aí contra o poder da natureza, e sua vida é um combate" (p. 667), estendendo seu fascínio ao habitante do Novo Mundo. Essa imagem do mundo está na linha direta das obras de um Bernardin de Saint-Pierre ou de um Châteaubriand.

Toda a primeira parte de "O ouro dos Pinheiros" é preenchida por uma visão da nossa história, que adere ou condensa o texto de Southey, e tem como finalidade introduzir o leitor europeu no particularismo dessa civilização, preparando-o também para a narrativa propriamente dita que segue. Processo que vai do geral ao particular, este sendo ao mesmo tempo a história dos paulistas e o episódio romancado. A introdução histórica é enriquecida pelas reminiscências do viajante e por sua visão pessoal. Assim, a imagem do sertão brasileiro enquanto um mar, onde o bandeirante representaria ao mesmo tempo o papel do navegador português do século XVI, e do flibusteiro à cata de escravos. E também a evocação de um São Paulo que Lacordaire pinta com colorações ibéricas — serenatas e duelos ao luar. Essa contribuição toda pessoal ressalta a insuficiência, aos olhos do narrador romântico, da *História* de Southey; ele sente a necessidade de penetrar num mundo romanesco e mítico, de encontrar nos homens e nas proezas o equivalente do gigantismo da natureza. Ele sublinha então a monotonia de sua narrativa, a ausência de aventuras, e crê finalmente encontrar na epopéia bandeirante um episódio excepcional. O século XVII paulista seria a idade de ouro, condenada infelizmente ao silêncio pela ausência irremediável de crônicas (o sertão é um teatro para sempre mudo), pois o bandeirante, hábil na espada, negligenciou a pena, segundo sua própria expressão. Nesse momento o historiador cede lugar ao romancista, permitindo finalmente que a lacuna seja preenchida.

Lacordaire sugere que o acaso ou a providência vieram em seu auxílio: um monge do convento de São Bento no Rio de Janeiro, apaixonado por manuscritos antigos, guarda uma crônica em latim contando a disputa entre duas famílias paulistas, os Ramalhos e os Pinheiros, e as peripécias que se seguiram. Ele lê com atenção o relato, sua memória retém os detalhes; de volta à Europa, jornalista, pode livrar ao público o conteúdo dos papéis. A epopéia bandeirante, outrora muda, transparece enfim num quadro de costumes, onde os paulistas rudes se agitam com suas querelas, seu cotidiano, suas partidas de expedição, os perigos das excursões no sertão — enfim o manuscrito da biblioteca beneditina vem suprir as frias crônicas dos primeiros historiadores do Brasil, vem opor aos milagres e feitos extraordinários dos jesuítas a aventura — numa atualização evidente de interesses.

Seria inútil lembrar aqui a longa posteridade que esse gênero de artifício romanesco conheceu no século XIX. O romancista aparece aí frequentemente disfarçado de mero detentor de documentos, ou de descobridor de manuscritos perdidos; seu papel se reduz exclusivamente ao trabalho de transcrevê-lo e revelá-lo ao público. Essa arqueologia imaginária revela um aspecto sem dúvida fundamental do romantismo: sua vocação realista e histórica. A verossimilhança introduz a verdade, que se torna garantia do valor do texto, conferindo-lhe seriedade e interesse, e oferecendo uma fonte suplementar de "frisson". Evidentemente, a produção de um "falso" exige conhecimento do verdadeiro, e o romancista vai se armar de bons documentos, no nosso caso, a *História* de Robert Southey. Contra um telão histórico ele dispõe suas personagens fictícias. Para aumentar a ilusão ou retocar as eventuais imperfeições, ele se dirige ao leitor acenando com seu "manuscrito encontrado". Sua arte se avizinha à do ilusionista, e o leitor tem mais interesse a ser enganado do que descobrir o artifício. Sem dificuldade o historiador, diante do "manuscrito" seiscentista de Lacordaire, poderia enumerar os anacronismos (por exemplo, a presença de um bispo ou de um governador em São Paulo nos primeiros anos do século XVII), encontrar na agonia de José Manuel Cabral ressaibos teatrais, ou lamentar que as referências ao "documento" do mosteiro de São Bento permaneçam bastante vagas. Em suma, buscando o histórico encontraria literatura por toda parte.

Podemos justificar a edição de uma novela como a que apresentamos — além do prazer da leitura, que por si próprio é a garantia melhor do interesse, — pelo seu valor de documento que testemunha a maneira pela qual o Brasil, terra exótica no século XIX, pôde vibrar e fecundar a sensibilidade romântica de viajantes tais como Lacordaire. "O Ouro dos Pinheiros" é a resposta, o fruto, desse estímulo.

Mas além disso, seria importante lembrar também o destino curioso da narrativa de Lacordaire. Com efeito, parte dela acha-se editada no Brasil, integrando um conjunto de textos que recebeu o título sugestivo de *Histórias da História de São Paulo*, publicados por Raimundo de Menezes (Ed. Melhoramentos) na ocasião do quarto centenário da cidade. O problema das fontes não recebe esclarecimento algum por parte do organizador da coletânea, que estabelece apenas no final do volume uma bibliografia geral e incompleta, sem ligação clara com cada um dos capítulos. Entretanto, comparando-se aquele que leva o título "A primeira briga de famílias: a dos Ramalhos com os Pinheiros" (p. 40) com o texto francês de Lacordaire, nenhuma dúvida pode subsistir: Raimundo de Menezes traduz parte da narrativa (excluindo a introdução histórica), sem mencionar o autor estrangeiro, nem a data. O resultado é que a "lenda" elaborada por Lacordaire acaba por introduzir-se de modo discreto no acervo das tradições paulistas, levando ao extremo da eficácia o artifício romântico do "manuscrito encontrado".

A história de "O Ouro dos Pinheiros" é entretanto ainda mais movimentada, e Raimundo de Menezes não é o único autenticador do "manuscrito" do mosteiro de São Bento.

O Panorama: Jornal literário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, editado em Lisboa, publicou nos números de 13 de outubro

de 1838 e 20 de outubro do mesmo ano, sob o título de "O ouro dos Pinheiros — tradição brasileira", a tradução do texto de Lacordaire. A revista portuguesa omitia da sua edição, entretanto, qualquer referência ao autor ou à origem francesa, bem como conservava unicamente o episódio da briga de famílias, excluindo a introdução histórica de Lacordaire. Essa soma de omissões teve como efeito tornar problemática qualquer datação e atribuição posteriores do texto, e permitir a sua conseqüente aceitação como documento idôneo. Já mencionamos o caso de Raimundo de Menezes (que na verdade deve ter reproduzido a matéria de *O Panorama* e não o original francês da *Revue des Deux Mondes*); existe porém um outro mais notável, o do historiador Carvalho Franco.

Comentando a rivalidade antiga entre as cidades de São Paulo e Taubaté (in *Os Camargos de São Paulo*, Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro, São Paulo, 1943, p. 105/106), o historiador diz:

"Curioso que essa rivalidade entre os naturaes da villa de Taubaté e os da villa de São Paulo, se originasse, segundo uma antiga tradição, da luta entre os Pires e os Camargos.

"Un escriptor do fim do século XVIII, allegando ter lido num velho códice latino do convento de São Bento, Rio de Janeiro, descreve no "Panorama" a lenda duma guerra entre as famílias paulistas dos Ramalhos e dos Pinheiros que disputavam preferência de valimento e antiguidade, porque ambas datavam dos primeiros annos da colônia.

"É evidente que se referia aos Pires e Camargos e para não despertar melindres ainda vivos no final do século XVIII, não lhes citava os patronímicos.

"Narra em summa um dos combates havidos na villa de São Paulo, entre cabeças e partidários das duas facções e a morte do maioral de uma dellas, concluindo (. . .)", e Carvalho Franco transcreve o final do penúltimo parágrafo do texto de Lacordaire, na tradução portuguesa de *O Panorama*.

O que há de mais importante na referência ao texto de *O Panorama* é que Carvalho Franco atribui uma data a ela ("um escriptor do fim do século XVIII"), suprimindo a ausência absoluta de informações da revista portuguesa. Essa data envelhece entretanto a narrativa, o que equivale a lhe atribuir maior valor ainda. Por outro lado, a seriedade e o aspecto exaustivo do estudo de Carvalho Franco sobre a família paulista dos Camargos, termina por conferir plena autoridade ao testemunho do "escritor do século XVIII". E em estudos mais contemporâneos sobre as brigas de família em São Paulo, a menção aos Pinheiros lendários é de regra, tomando como referência Carvalho Franco e não mais *O Panorama*. Assim em Luís de Aguiar Costa Pinto: *Lutas de Famílias no Brasil* (Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1980, p. 60):

"Ainda em São Paulo, as rivalidades entre as vilas de Taubaté e São Paulo, tão famosas na história da capitania, teriam surgido, segundo alguns, de uma luta de famílias, embora para outros a rivalidade não passasse de lenda.

"Carvalho Franco refere-se a "um escritor do século XVIII" que, falando de uma luta entre "Pinheiros e Ramalhos", sugere partir daí a oposição entre as duas vilas paulistas: vitoriosa uma das facções, daí em diante os vencidos. . .", e o autor cita o parágrafo já mencionado de Lacordaire.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (in *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1969, p. 18) retoma também a lenda dos Pinheiros, com base no livro de Luís de Aguiar da Costa Pinto: "Da luta entre duas Câmaras foi exemplo a conhecida rivalidade entre as de São Paulo e Taubaté, resultante da rivalidade entre as famílias Pinheiro e Camargo".

Dessa forma, de um historiador a outro, o texto original de Lacordaire perdeu progressivamente todo caráter ficcional para tornar-se documento. A situação parece artifício borgiano. Nada de tão surpreendente porém: a invenção literária na lenda dos Pinheiros nutre-se fartamente de uma informação histórica sólida. E que espantosa posteridade para essa narrativa, preservada viva, embora desconhecida, interferindo continuamente na História.

Relembramos, para maior clareza, o jogo dos nomes reais e pseudônimos das famílias paulistas, através dos vários autores citados. O episódio real refere-se à luta entre os Pires e os Camargos, que Théodore Lacordaire transforma em Pinheiros e Ramalhos. A revista *O Panorama* retoma tal qual o texto e os pseudônimos de Lacordaire. Carvalho Franco, historiador dos verdadeiros Camargos, menciona o viajante de *O Panorama* e crê que a troca de nomes das famílias paulistas esconde rivalidade ainda acesa. Luís de Aguiar Costa Pinto toma como base Carvalho Franco, mas põe em dúvida a relação entre rivalidade de famílias e de cidades paulistas. Por sua vez, Maria Isaura Pereira de Queiroz, assumindo a rivalidade entre famílias e cidades, mistura os nomes reais e fictícios, ao citar Pinheiros e Camargos. Raimundo de Menezes reproduz a narrativa de Lacordaire e os nomes fictícios de Pinheiros e Ramalhos. Lembramos também que o nome do padre Rafael Macedo, que Lacordaire afirma ter sido companheiro de Anchieta, não consta das listas exaustivas dos primeiros jesuítas no Brasil, estabelecidas pelo Pe. Serafim Leite.

O OURO DOS PINHEIROS (*)

A última metade do século XVI forma o período mais notável da história do Brasil após o descobrimento. Somente aqueles que aprofundaram o estudo dessa história, ou que simplesmente leram Southey (2), conhecem a coragem com a qual é necessário revestir-se para enfrentar sua monotonia interminável. Os portugueses não se encontraram diante de semi-civilizações capazes de resistência, tais como as do Peru e do México; os despojos ricos que afluíram de uma só vez para a Espanha, tornando-a quase senhora da Europa, não foram absolutamente o seu quinhão. Foi necessário tomar passo a passo o solo brasileiro, e solicitar à agricultura, mais que às minas, as riquezas que a natureza colocou longe da costa. É o que explica a aridez de seus anais na América: combates pequenos e intermináveis contra tribos bárbaras, cujo nome é tudo o que resta hoje em dia; algumas explorações aventureosas, só as solidões que lhes serviram de teatro conhecem os pormenores; ações grandes e generosas, aqui e ali, em pequeno número; em seguida, dominando tudo isto, o espetáculo perpétuo da opressão, tudo o que o forte se consente contra o fraco; aí está, em poucas palavras, o esboço histórico dos primeiros anos do Brasil.

Deve-se entretanto render esta justiça aos portugueses: sua conduta na América não foi nem mais violenta, nem mais cruel em geral do que a dos franceses, ingleses ou outras nacionalidades européias, exceto os espanhóis. Não foram sempre os agressores contra os indígenas, não teriam pedido nada melhor do que civilizá-los. Os Martim Afonso de Souza, os Mendes de Sá (sic), os Albuquerque, os Coutinho, são homens cujo nome chegou até nós com honra. Seria mesmo difícil de encontrar alguns destes homens de sangue e devastação a pôr em paralelo com os que a Espanha vomitava naquela época, com uma fecundidade tão lamentável, sobre a infeliz América.

É então por volta do fim do século XVI que as primeiras dificuldades da colonização foram vencidas no Brasil. As tribos do litoral ainda resistiam bem em bom número de pontos, mas as mais temíveis entre elas, como a dos Tapuias, Goitacazes, Tupinambás, encontravam-se em parte exterminadas, ou retiradas no interior. Começava já, entre a maior parte destes povos embrutecidos, essa imigração gigantesca que lhes conduziu da horla do Atlântico às proximidades do Amazonas, onde seus restos conservaram-se até nossos dias. Os de costumes mais brandos reuniram-se em povoados sob a voz dos missionários, onde suportavam com paciência o jugo dos portugueses que, numa só palavra, começaram a respirar. Apesar disso, a civilização, tal como uma planta estrangeira transplantada num solo rebelde, tinha dificuldade em enraizar-se; só uma estreita margem litorânea oferecia dela traços indiscutíveis (3).

(*) Tradução e notas de Luiz Dantas.

(2) Robert Southey: *História do Brasil*. Tomamos como base a 3ª edição brasileira, traduzida do inglês pelo dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, e dirigida pelo sr. Brasil Bandedchi - São Paulo; Editora Obelisco Ltda.; 1965; 6 volumes.

(3) Cf. Southey, op. cit., vol. 2, pgs. 35 a 45.

O que esta margem litorânea perdia em profundidade, ganhava em extensão. Um navio que tivesse percorrido a costa durante seiscentas léguas, sem perder a terra de vista, perceberia aqui e ali clareiras nas florestas, surgindo como manchas sobre a verdura sombria, colunas de fumaça elevando-se do seio das plantações nascentes, engenhos em plena atividade, alguns navios transportando de um ponto a outro produtos da Europa; em seguida, um pequeno número de praças-fortes, separadas por distâncias enormes, mas já prósperas. Ao norte, Itamaracá, Olinda, Pernambuco, Bahia, capital então da colônia inteira; mais em baixo, Porto-Seguro, Rio de Janeiro, que começava a desenvolver-se à beira de sua baía magnífica; enfim, nos últimos limites do território já colonizado, Santos e São Vicente, uma em face da outra, sem contar outros pontos menos importantes onde se desenrolava igualmente a atividade européia.

Os colonos quase nada conheciam ainda do interior. Alguns missionários, um pequeno número de aventureiros intrépidos, é verdade, penetraram grandes distâncias no país; mas a maior parte perecera, massacrados pelos selvagens, ou sucumbidos ao próprio esgotamento; a algumas léguas da costa não existia nenhuma segurança para o viajante. Sabia-se somente que, tão longe se avançasse para oeste, a solidão em nada mudaria de aspecto, florestas sucediam-se a florestas, montanhas a montanhas, e uma vez atirado neste sertão sem limites, o homem, tal como o barco em pleno mar, estava perdido para os seus semelhantes, e sob a mão única de Deus.

Nos primeiros anos do século XVII o movimento de colonização continuou a progredir; novas tribos indígenas desapareceram, ou tornaram-se incapazes de prejudicar; outros estabelecimentos surgiram em grande número; as cidades fundadas no século precedente transformaram suas casas de chão batido e telhado de sapé em construções regulares; igrejas sobretudo, que não negariam a Itália, foram levantadas nas cidades mais importantes, na Bahia entre outras, que mais tarde possuiria uma magnífica catedral sem rival na América durante muito tempo. O conhecimento do interior aumentou na mesma proporção. Afaimados pelo ouro, aventureiros dispersaram-se em todas as direções; mais de uma vez o sucesso coroou suas buscas, que o governo incentivava com todo seu poder.

Fizeram-se notar, entre todos, os habitantes da província de São Paulo, então São Vicente. Ainda recentemente, sob o testemunho de Charlevoix (4) e outros escritores que haviam copiado por sua vez os missionários jesuítas do Paraguai, os paulistas eram representados como sendo uma braçada de desertores de todas as nações, criminosos fugindo ao castigo de suas façanhas, em uma só palavra: bandoleiros. Foi preciso que por volta do fim do século passado, um padre brasileiro,

(4) Pedro Francisco Xavier de Charlevoix (1682 - 1761), jesuíta francês, escreveu duas obras, a *Histoire du Paraguay* (1756) citada por Southey, e a *Histoire et description générale du Japon* (1736).

Frei Gaspar da Madre de Deus (5), zeloso da honra de sua província, viesse lavar seus compatriotas das acusações atiradas contra seus pais (*): Frei Gaspar entretanto não conseguiu senão a reabilitação dos primeiros fundadores de São Paulo que, efetivamente, não têm a origem impura que lhes era atribuída (6).

Em 1555 (7) dois missionários de vida admirável, os padres Nóbrega e Anchieta, partiram de Santos para reconhecer o interior da região. Depois de transpor uma árdua cadeia de montanhas, cujos caminhos ainda hoje são dificilmente praticáveis, viram estender-se diante deles uma planície vasta entrecortada por colinas e ondulações de terreno, serrados e florestas. A oeste, as muralhas escarpadas e escuras da Serra da Mantiqueira serviam de moldura ao quadro. Dando graças a Deus pelo que viam, os dois missionários decidiram estabelecer lá o centro de seus trabalhos, homens de ação que eram, colocando-se imediatamente à obra. No alto de uma elevação suave, situada no meio da planície, aos pés da qual corria o Piratininga, levantaram com as próprias mãos, e com a ajuda de um pequeno número de índios convertidos, algumas cabanas de folhagem e terra. Outros treze missionários, enviados da Bahia, vieram logo juntar-se a eles, e a nova cidade tomou do riacho que ondulava à sua volta o nome de Piratininga, que trocou mais tarde pelo de São Paulo, que conserva até hoje. Vasconcelos, que escreveu a vida de Anchieta, deixou-nos um quadro interessante do gênero de vida destes primeiros missionários. Um tecido grosseiro de algodão compunha toda a sua vestimenta; suas sandálias eram fabricadas com uma fibra rude de uma espécie de cardo selvagem; só uma esteira de palha, suspensa no teto de suas cabanas, guardava a entrada; folhas de bananeira estendidas no chão serviam ao mesmo tempo de mesa e toalha; sua comida frugal dependia dos índios, que lhes traziam os produtos da pesca e da caça, e que muitas vezes lhes deixavam faltar o estrito necessário. Entretanto, sob essas miseráveis choupanas, ao mesmo tempo que a religião, introduziu-se o luxo da civilização. Anchieta, que havia feito bons estudos em Coimbra, ensinava latim às crianças de alguns mestiços da vizinhança, e mesmo às dos índios. Fantando-lhe livros, passava as noites a escrever suas lições, fazendo tantas cópias quanto fossem os alunos. Ele próprio aprendia a língua dos índios, e bem logo soube o suficiente para compor cantos que tornaram-se imediatamente populares. Deve-se-lhe uma das melhores

(5) Frei Gaspar da Madre de Deus, religioso beneditino (São Vicente 1714 – Santos 1800), foi abade do convento do Rio de Janeiro e provincial de sua ordem na Bahia.

(*) *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, etc. 1 vol. in 4^o, Lisboa, 1797.

(6) Cf. Southey, op. cit., vol. 3, pgs. 277 a 280.

(7) Lacordaire engana-se de data, uma vez que em Southey o ano de 1554 é mencionado claramente. Cf. op. cit., vol. 1, p. 266.

gramáticas desta língua jamais publicadas, sem falar de um poema em latim de cinco mil versos que ele compôs durante uma estadia de vários meses entre os índios, e que gravou na memória até que, de volta a São Paulo, pudesse passar para o papel(8).

A planície de Piratininga não era entretanto absolutamente deserta no momento em que os missionários vieram estabelecer-se. Alguns colonos ali se instalaram, há poucos anos, ou melhor, ali levavam uma vida intermediária entre a do índio e a do homem civilizado, negligenciando as culturas, com exceção da mandioca, absolutamente indispensável às suas necessidades, suprimindo o restante pela caça, incessantemente em busca de minas, batendo-se com as tribos indígenas que escravizavam, embora a maior parte houvesse buscado esposa em seu meio. É quase certo, apesar da autoridade de Frei Gaspar, que estes primeiros colonos fossem uma mistura de homens de todas as nações, levados por uma vida desordenada a abraçar naturalmente essa existência selvagem (9).

A cidade nascente atraiu às paragens um grande número de outros colonos que, na maioria, imitaram aqueles a que acabo de fazer referência. Parece até mesmo, segundo um ataque levado a cabo pelos paulistas do campo contra os da cidade, em 1590, que havia uma violenta inimizade entre estas duas classes da população; inimizade causada de maneira indireta pelos próprios missionários. Em São Paulo, com efeito, como no resto da América, os missionários interpunham-se incessantemente entre os índios e seus opressores. Únicos a ocupar-se seriamente da civilização dos primeiros, era necessário sem repouso segurar a mão dos segundos que, em alguns instantes, destruíam por um ato de violência o fruto de longos anos de trabalhos. Estas lutas não deixavam de apresentar riscos para os religiosos, que muito freqüentemente corriam perigo de vida apesar do respeito que então inspirava seu hábito. O ataque mencionado a pouco era dirigido principalmente contra eles, e um chefe índio distinguiu-se ao defendê-los (10).

Apesar de tudo, em menos de um meio século, formou-se na província de São Paulo uma população misturada de portugueses que conservaram a pureza de seu sangue, índios e mestiços originados das alianças entre as duas raças. Estes últimos, sozinhos, quase tão numerosos quanto os outros, receberam o nome de *Mamaluços* ou *Mamelucos* que os historiadores da América aplicam muitas vezes sem distinção a todos os paulistas desta época.

(8) O parágrafo é tomado ao jesuíta e historiador Simão de Vasconcelos (Porto 1596 – Rio de Janeiro 1671), citado por sua vez na *História* de Southey, vol. 1, pgs. 266 e 267, e 291.

(9) Cf. Southey, op. cit., vol. 3, p. 280.

(10) Trata-se de Tibiriçá. (Cf. Southey, op. cit., vol. 1, p. 268).

Os costumes desta raça de ferro, sua coragem indomável, seu ódio por qualquer tipo de submissão, suas carreiras gigantescas no interior do país, fizeram de sua história um episódio à parte na do Brasil (11). Os paulistas durante um século e meio fizeram em terra o que, no mesmo intervalo, os flibusteiros nas costas do oceano e da América espanhola: achar escravos, procurar minas, tais eram quase todas suas ocupações. Logo que descobriram o pequeno número das que existiam em sua vizinhança, e reduziram a nada as tribos que os cercavam, estenderam suas incursões para mais longe. Por volta de 1620, começaram a invadir as célebres reduções índias que há quarenta anos os jesuítas haviam fundado nas fronteiras do Paraguai; e durante meio século não houve ano em que não fizessem aparições, durante as quais pilhavam as ricas igrejas dos missionários e levavam cativos todos os índios que podiam aprisionar, sem distinção nem de idade, nem de sexo. Foi uma das razões que levou os jesuítas a armar seus neófitos, e fez que pintassem os paulistas com tão sombrias cores. Mais tarde, estes últimos avançaram até as fronteiras do alto Peru, tratando de igual maneira as missões nascentes do Gran-Chaco e de Santa Cruz de la Sierra. Enfim, em direção do norte, alguns dentre eles atingiram em suas excursões aventureosas as margens do rio das Amazonas. É quase como se, a Europa estando coberta de florestas sem caminhos traçados, um habitante da França abrisse uma estrada até o centro da Sibéria.

Uma semelhança a mais entre os paulistas e os flibusteiros é a maneira pela qual organizavam suas expedições, e a mistura de superstição, de desprezo pela vida, e de ferocidade que formava a base de seu caráter. Do mesmo modo que entre os *irmãos da costa*, era de hábito algum velho freqüentador das florestas, bronzeado de corpo e alma, e iniciado em todos os segredos do sertão, que concebia o plano da expedição, ou então algum jovem iniciante na carreira, desejoso de sobressair. Não faltavam nunca voluntários para alistar-se atrás de seus passos. Uma vez acertadas as condições de divisão dos despojos, e terminados todos os preparativos, uma última formalidade faltava a preencher: acertar contas com o céu, e atrair sua proteção sobre a empresa. Uma missa, assistida com recolhimento por todos os interessados, servia ordinariamente a este fim. Os mais devotos iam em seguida purificar sua alma de seus velhos pecados junto a um padre, que recebia freqüentemente a promessa de que uma parte do produto da expedição seria consagrada aos altares. Caso o padre fosse severo, antes de dar a absolvição, informava-se cuidadosamente do objeto da empresa, e só absolvía caso fosse simplesmente questão de descobrir minas; mas o maior número passava em silêncio, prudentemente, esta questão; recomendando tão somente, em termos gerais, de tratar com brandura os índios que se apresentassem no caminho, afim de trazê-los ao aprisco da Igreja. Neste momento, o penitente não tinha normalmente nenhuma objeção a fazer; uma vez em marcha, só Deus sabe como mantinha as suas promessas!

Finalmente, por terra ou por água, a expedição punha-se em marcha. A alguma distância, parentes, amigos, acompanhavam-na, fazendo votos por seu sucesso:

(11) Tal é igualmente a concepção de Southey, op. cit., vol. 3, p. 277.

todos sabiam quão poucas eram as possibilidades de se reverem. Começava então, com toda sua energia, a luta do homem contra a natureza sem freio e terrível do sertão. Era preciso muitas vezes, machado à mão, abrir um caminho na espessura compacta das florestas, acampar semanas inteiras em terras alagadas e pestilenciais, enfrentar rios transbordantes, as cachoeiras, a flecha do índio emboscado, o brazeiro de um sol vertical durante o verão, as chuvas diluvianas da estação oposta, a fome, as doenças; desafiar, numa só palavra, tudo o que a imaginação pode inventar como perigos de todo tipo. Em todos os lugares onde a terra fosse vermelha ou apresentasse certos indícios conhecidos, o chefe da expedição fazia escavar o solo: se um pouco de ouro se oferecesse a seus olhos, os cansaços passados eram esquecidos, e os trabalhos de exploração começaram imediatamente; caso contrário, prosseguia mais adiante. Meses, anos inteiros passavam assim; finalmente via-se chegar em São Paulo alguns infelizes macilentos, irreconhecíveis aos próprios olhos de seus parentes, restos da expedição já meio esquecida. Se tivessem ouro a exhibir, promessas brilhantes a fazer, pouco importava a distância; uma febre generalizada tomava conta de toda a província, famílias inteiras, mesmo as mulheres e as crianças, punham-se em marcha para o novo Eldorado. Os que sobrevivessem aos perigos do trajeto estabeleciam-se no lugar, e uma nova colônia estava fundada. Por vezes, quando as expedições eram compostas de um pequeno número de indivíduos, nunca mais se ouvia falar deles. Entretanto, nem todos haviam sucumbido; mas separados de seu torrão natal por um espaço imenso, os aventureiros tinham se dispersado de um lado e de outro, e cada um se estabelecera lá onde a fantasia o levava. Assim é que nas províncias mais afastadas do Brasil, encontram-se freqüentemente famílias que, longe de terem esquecido a sua origem, lembram com uma espécie de orgulho que o sangue dos paulistas corre em suas veias.

De volta a seus lares, o paulista trazia um gênio altivo, uma independência selvagem, hostil a quaisquer laços sociais. Era raro que não tivesse contas a acertar com seus vizinhos, seja a propósito de escravos subtraídos, seja por qualquer outra ofensa recebida, e sabia-se que para aqueles que merecessem seu ódio seria perigoso encontrar-se com ele à noite, no meio da neblina, num lugar afastado. Um punhal longo, escondido em uma de suas botas ou sob o couro de sua sela, teria então inevitavelmente visto a luz do dia, ou não teria brilhado em vão em meio às sombras. Se a ocasião favorável não se apresentasse, apesar de sua irritabilidade natural, ele sabia esperar por muito tempo. Muitas vezes aconteceu que após anos de espera muda, dois inimigos desta espécie encontraram-se de modo inopinado em florestas longe de qualquer lugar habitado. Um deles deveria então renunciar à vida; o vencedor, após o combate, deixava raramente de depositar o vencido em sua última residência; ajoelhava-se em seguida diante de seu túmulo, dizia algumas orações, e após ter fincado uma cruz feita às pressas com dois galhos de árvore, afastava-se sem pensamentos supérfluos. O descampado guardava fielmente o segredo, e tudo estava dito.

Qualquer que fosse o grau de parentesco, cada um dos membros da família sobre a qual estendiam-se estes ódios implacáveis, abraçava com fidelidade a causa. Quase sem interrupções, a cidade estava repleta de desordens e desavenças; via-se

então em São Paulo o mesmo que, ainda hoje em dia, a *vendetta* provoca na Córsega, com esta diferença contudo, que ela tomava emprestado aos rudes costumes daquele século uma energia da qual nosso século é pouco capaz.

Apressemos-nos em acrescentar que este esboço incompleto dos paulistas de antigamente não convém absolutamente aos de hoje. Estes últimos não herdaram de seus pais senão um orgulho nobre, uma bravura tanto mais notável que não é a virtude predominante dos brasileiros, e um certo ardor aventureiro que se expande através de louváveis empresas. São Paulo, em muitos aspectos, parece-se com uma cidade da Andaluzia: pela serenidade mole de seu clima, seu amor pela dança e a alegria franca que anima as reuniões de seus habitantes. Não é raro ouvir, como em Cadix, os sons do violão, em horas avançadas da noite, sob alguma janela cercada de gradis, que uma mão incerta entreabre pela metade. As mulheres que recebem estas homenagens são célebres em todo Brasil pela vivacidade de suas graças, testemunhando o provérbio que diz em Pernambuco, *elas e não eles*; na Bahia, *eles e não elas*; finalmente em São Paulo, *elas e mais elas*.

Os primeiros paulistas entendiam-se melhor no manejo da espada, ou do martelo de mineiro do que no da pena, e não nos deixaram nenhuma narrativa de suas proezas, assim como foi feito por alguns flibusteiros, Ravenau de Lussan (12) entre outros. Na ausência de documentos precisos sem dúvida, os historiadores do Brasil só trataram em termos gerais as expedições deste povo; é somente pela quantidade de minas cuja descoberta lhes é atribuída, que se pode julgar quanto foram numerosas. O restante encontra-se na história das Missões, que os paulistas invadiam frequentemente, assim como vimos há pouco. Procurar-se-ia em vão nestes relatos alguns vestígios de itinerários de precisão satisfatória, e menos ainda aventuras pessoais; pode-se adivinhar apenas, pela natureza e audácia destas empresas, os episódios romanescos dos quais estavam repletas.

Devo considerar-me feliz então de ter travado, durante minha estadia no Brasil, conhecimento com um padre venerável do convento de São Bento do Rio de Janeiro, homem instruído, curioso sobretudo dos relatos antigos tratando dos primeiros anos de sua pátria. Entre as manifestações de benevolência que recebi dele, coloco em primeiro plano a livre disponibilidade de uma biblioteca bastante vasta, que havia formado demoradamente com suas modestas economias (13).

-
- (12) Ravenau de Lussan, flibusteiro nascido em Paris em 1663. Descreveu as expedições de que fez parte (contra Granada, próximo do lago Nicaragua; Guayaquil, na costa do Peru; contra Tehuantepec, na costa mexicana, etc., comandadas por Laurent de Graff). As narrativas encontram-se reunidas em seu *Journal du voyage fait à la mer du sud avec les flibustiers de l'Amérique*, publicado em Paris em 1688. Não se conhece a data de sua morte, nem qual foi seu fim.
- (13) Encontramos na mesma *Revue des deux mondes* alguns anos mais tarde, em março de 1851, a seguinte descrição das bibliotecas cariocas: "Rio de Janeiro possui três bibliotecas. A biblioteca do convento dos beneditinos é riquíssima em textos antigos e em obras teológicas; a do imperador distingui-se por suas edições modernas; enfim, a biblioteca nacional, que nenhum viajante mencionou, é um dos mais preciosos depósitos de livros do Novo Mundo", in "L'Empire du Brésil et la société brésilienne en 1850" por Emile Adét.

A parte mais preciosa era, sem nenhuma dúvida, um grande número de manuscritos, quase todos escritos por missionários. A bem da verdade, bem poucos teriam merecido vir a lume, eram relatos monótonos e intermináveis de conversões de selvagens, milagres e outros fatos da mesma ordem, de natureza a interessar tão somente o convento ao qual pertencia o autor. Finalmente, deparei com um verdadeiro tesouro, um caderno magro de uma centena de páginas aproximadamente, escrito em latim, uma espécie de crônica da província de São Paulo. De início, a ausência de data fez-me falta, mas reconheci em seguida que esta crônica só poderia pertencer ao primeiro quartel do século XVII. Uma passagem fazia alusão à primeira expedição dos holandeses ao Brasil, ocorrida em 1624; além de que tratava com frequência do padre Anchieta, morto, como é sabido, em 1596 e que o autor parecia ter conhecido. Não acredito que me engane muito fixando a data deste manuscrito curioso por volta do ano de 1630.

Rara exceção, tratava pouco de milagres, e muito mais dos costumes privados dos paulistas, assim como de algumas de suas expedições. Em vários trechos o bom padre que compusera esta história, após haver narrado algum descalabro, rogava ao céu para não se apressar em punir esta raça perversa, e de esperar a recidiva. Um fato, entre outros, surpreendeu-me dando a explicação de vários ditados populares que haviam chamado minha atenção sem que pudesse chegar à sua origem. Ouvesse com frequência dizer em São Paulo, e mesmo em algumas províncias do Rio de Janeiro, de um homem endinheirado subitamente, que ele *encontrou o ouro dos Pinheiros*; daquele que tenta uma empresa difícil, que ele *busca o ouro dos Pinheiros*, e daí para frente. As notas que tomei no momento, e a lembrança fiel que delas guardou minha memória, permitem-me reproduzi-las, quase que perfeitamente e nos termos mesmos do manuscrito.

Em nenhuma outra época, depois de sua colonização, a província de São Paulo fora tão cheia de distúrbios quanto esta. Duas famílias, as mais poderosas da região, os Ramalhos e os Pinheiros, punham tudo em efervescência com suas discórdias e querelas particulares. Não se ouvia falar senão de ataques contra as pessoas e as propriedades, e ninguém teria sido tão imprudente ao ponto de se aventurar em algum lugar, mesmo em plena luz do dia, sem estar armado até os dentes, e cercado de escravos igualmente providos de meios de defesa. Uma singular identidade de posições reinava entre estas duas famílias. Ambas remontavam aos primeiros tempos da colônia. O chefe da primeira era o filho de João Ramalho, já estabelecido na planície de Piratininga antes da chegada dos missionários, e que desde 1553 fora nomeado *alcaide mor* da Vila de Santandré (14). O dos Pinheiros vangloriava-se por sua vez de que seu pai levantara a primeira casa de São Paulo depois dos missionários. Ambos tiveram, de mulheres índias, uma posteridade numerosa, passaram seus anos de vigor em incursões nas florestas; ambos enfim, adquiriram riquezas idênticas em ouro, em diamantes e escravos.

(14) Cf. Southey, *op. cit.*, vol. 3, p. 278.

Era preciso que a causa que dera nascimento ao ódio dos dois velhos fosse bem grave e antiga, pois até então mostravam-se inflexíveis a quaisquer das tentativas feitas para aproximá-los. A árvore do esquecimento não pode mais crescer onde o sangue correu. Este provérbio, tomado aos índios, era sua única resposta a todas as propostas de paz. Teria sido necessário aliás que a soma dos mortos fosse igual entre eles seguindo a lei da *vendetta*, e parece que os Ramalhos deviam, neste particular, um saldo bem razoável a seus adversários. Nos primeiros anos de uma colônia é raro que os laços de sangue não se estendam a todos os habitantes. Os paulistas encontravam-se então, uns mais, outros menos, aliados a uma ou outra família, de maneira que a cidade dividida em dois campos inimigos, parecia menos, no dizer do manuscrito, com uma reunião de cristãos do que com uma horda de tapuais.

A autoridade civil fizera esforços vãos para reprimir estes furores e discórdias internos. Num momento de energia, o governador tendo querido enforcar um dos Pinheiros pegado em flagrante delito de morte, os parentes do culpado reunidos em armas, arrancaram-no do suplício, e o governador viu-se durante dois dias cercado em sua residência, onde teria morrido de fome se uma velha escrava não encontrasse o meio de lhe passar alguns frutos. O bispo (15), por sua vez, de bom coração teria lançado uma excomunhão contra os culpados de desordem; se estivesse mais seguro do efeito das armas da Igreja contra estes incrédulos, embora o primeiro deles teria respondido com uma boa punhalada a quem quer que o tratasse de herético.

O mal entretanto tornou-se insuportável a um tal ponto que foi necessário encontrar um remédio a qualquer preço. O governador não viu nada melhor do que aproveitar o ardor dos dois partidos pelas aventuras, e de propor uma dupla expedição ao interior, esperando que ao menos alguns dos mais turbulentos nunca mais reaparecessem em São Paulo.

A tarefa de negociar com os chefes das duas famílias foi confiada a um religioso universalmente respeitado por suas virtudes, o padre Rafael Macedo, antigo companheiro de Anchieta em seus últimos trabalhos no meio dos índios. A crônica não dizia entretanto que ele tivesse, como este último, o dom da profecia, nem o de compreender a linguagem dos pássaros, menos ainda a faculdade de permanecer durante 45 minutos debaixo d'água lendo seu breviário calmamente (*); mas ela elogiava seu zelo incansável na conversão dos indígenas. Capturado efetivamente uma vez por estes junto com dois de seus companheiros, o padre Macedo vira estes últimos amarrados a árvores e mortos a flechadas pelos selvagens. Ele próprio só deveria sua salvação a um capricho de sua parte, e livrara-se com alguns meses de cativo, durante os quais operara mudanças miraculosas nos costumes desses bárbaros.

(15) A cidade de São Paulo só terá um bispo a partir de 1746 (Cf. Afonso de E. Taunay, *Velho São Paulo*; São Paulo; Edições Melhoramentos; vol. 1; p. 52).

(*) Consultar *Vida de Joseph Anchieta*; 1 vol., Salamanca, 1650.

A negociação foi longa e mais de uma vez quase falhou. Depois de numerosas conferências, a eloquência do padre Macedo conseguiu persuadir contudo os dois velhos que temiam alguma perfídia secreta por parte do governador. Cada um jurou solenemente, por si mesmo e pelos seus, de suspender toda hostilidade contra seus adversários até a partida, e o retorno das duas expedições. Acertada essa trégua de Deus, sorteou-se o caminho que tomaria cada uma delas. Para evitar qualquer conflito no interior, uma deveria dirigir-se a oeste, a outra ao norte; sem desviar-se desta dupla direção até que chegassem a uma distância que foi fixada. A primeira comprometia-se além disso, sob pena de excomunhão, a respeitar os índios das Missões que pudesse encontrar, e esta parte da divisão recaiu sobre os Ramalhos (16).

São Paulo respirou quando o padre Macedo anunciou que tudo estava terminado. Durante os preparativos de partida que duraram um mês, não se ouviu com efeito falar mais nem de sangue derramado nem de ataques contra as propriedades. Os Ramalhos equiparam setenta e cinco homens, e os Pinheiros quase oitenta (17); estes últimos encontravam-se sob as ordens de um sobrinho do velho Pinheiro; é o único cujo nome foi conservado pela crônica, chamava-se José Manoel Cabral.

A poucos dias de intervalo, os dois partidos deixaram São Paulo. Os Ramalhos dirigiram-se às margens do Tietê, que corre a algumas léguas da cidade, e embarcaram num lugar então inabitado, o mesmo provavelmente onde existe até hoje o vilarejo de Porto Feliz, destinado por sua localização a tomar algum dia certa importância (18). Em pouco tempo o Tietê deveria conduzi-los ao Paraná, no qual despeja suas águas. Começavam lá os sertões desconhecidos onde deveriam penetrar. Os Pinheiros, por sua vez, puseram-se a caminho por terra, dirigindo-se para o vasto território que forma hoje a província de Minas.

A calma que São Paulo gozou após a partida das duas expedições foi um testemunho da sagacidade do governador. Os meses passaram-se e nenhuma novidade do interior veio tranquilizar os que tinham ficado; era coisa rotineira num caso semelhante, e ninguém se inquietou. Um ano, em seguida quinze, dezoito meses

-
- (16) Os caminhos tomados pelas duas expedições, seguindo passagens naturais, representam "grosso-modo" as direções tomadas pelos dois tipos fundamentais de bandeirismo; os Ramalhos dirigindo-se ao sul, itinerário das expedições de apresamento de índios, os Pinheiros subindo rumo a Minas, rota das expedições pesquisadoras de riquezas. Cf. Sérgio Buarque de Hollanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 1, p. 276 e seg.; São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.
- (17) O número bastante reduzido de homens é compatível com a natureza da expedição. Cf. Sérgio Buarque de Hollanda, op. cit., tomo 1, p. 293.
- (18) Particularmente durante o século XVIII, quando foi ponto de partida das monções que se dirigiam a Cuiabá. Cf. Sérgio Buarque de Hollanda, op. cit., tomo 1, p. 309.

passaram-se. Tornava-se grave: pereceram todos sem que nenhum sobrevivesse para trazer a notícia? O ouro, sobretudo o ouro que eles deviam infalivelmente ter encontrado estava para sempre perdido? Rumores vagos começaram a circular por todos os lados e a convencer os espíritos. Logo ficava-se sabendo que longe, bem longe no interior, despojos que pertenceram a brancos foram vistos em posse de alguma tribo indígena, que se aplicava evidentemente às duas expedições; um milagre finalmente aconteceu publicamente, que encheu de horror os mais intrépidos. Negros entoando cânticos numa noite, segundo o costume da região, diante de uma Nossa Senhora posta num nicho em uma esquina, viram a santa imagem mudar repetidamente de cor, e acabar por debulhar-se em lágrimas. A cidade inteira ocorreu para ver este prodígio, que durou uma meia hora inteira (19).

À medida que estes boatos tomavam consistência, o ódio dos dois partidos brotou mais ardente do que nunca; suas armas, que frequentemente negligenciavam levar depois da partida de seus irmãos, não mais os deixavam. Nesse meio de tempo, um Pinheiro feriu em plena rua um Ramalho com uma punhalada, após uma disputa. A partir desse momento, as duas famílias mais do que nunca pareceram empenhadas em sua destruição mútua.

Três anos tinham passado, toda esperança de rever os ausentes estava perdida, quando, por volta do fim de um destes dias admiráveis que só existem sob os trópicos, no momento em que o sol desaparecia por detrás da cortina de palmeiras que coroa o cimo da Serra da Mantiqueira, uma canoa indígena acostou na margem meridional do Tietê, no lugar mesmo onde os Ramalhos haviam embarcado há muito tempo atrás. No fundo da embarcação, estendido, jazia um homem aparentemente abatido pelas doenças, que, pela tez acobreada e nudez quase completa, tomar-se-ia por um índio, se seus traços, alguns farrapos que cobriam seu corpo, e sua longa barba, não indicassem claramente sua origem parcialmente européia. No momento em que a canoa tocou a terra, a sacudidela pareceu tirar-lhe de sua prostração; levantou com dificuldade a cabeça e dirigiu algumas palavras em sua língua aos índios que conduziam. Com a resposta destes, suas forças pareceram renascer subitamente; lançou-se fora da canoa, caiu de joelhos, beijou a terra em lágrimas, e perdeu os sentidos. Quando voltou a si, os índios colocaram-no numa rede, estendida por eles entre duas árvores, e dispersaram-se de um lado e de outro em busca de alguma caça e peixe para a refeição da tarde. Este pequeno grupo parecia passar a noite neste lugar abandonado.

No dia seguinte a este acontecimento, insignificante em aparência, uma agitação estranha reinava em São Paulo. Uma multidão numerosa reunira-se na grande praça da cidade, as duas famílias inimigas encontravam-se em presença, como se um compromisso fosse ocorrer entre elas. Apesar da confusão que parecia existir à

(19) Existe ao menos uma referência em nossa literatura a esse tipo de costume, milagre à parte, e datada precisamente do começo do século XIX. Trata-se do episódio das ladainhas diante do Oratório da Pedra nas *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel Antônio de Almeida. Théodore Lacordaire, durante a sua estadia no Rio de Janeiro, teria presenciado ele próprio essas práticas?

primeira vista entre os grupos, os partidários de uma não se misturavam aos da outra; todos os olhares dirigiam-se ao centro da praça, onde os Pinheiros cercavam um homem macilento, descarnado, tendo dificuldade em se manter de pé. Este homem era José Manoel Cabral, desembarcado na véspera às margens do Tietê. O aspecto do solo natal e a impaciência de rever os seus tinham agido tão vivamente sobre ele, que após algumas horas de repouso sentira a força de caminhar. Levado numa rede pelos índios que o tinham trazido até lá, ganhou durante a noite as quase nove léguas que o separavam de São Paulo. O boato de sua chegada espalhou-se imediatamente com a rapidez do relâmpago, e antes de atingir a residência de seu tio, Manoel vira-se cercado de uma multidão, metade amiga, metade inimiga, ávida de ouvir a narrativa de suas aventuras. Seus parentes tinham sozinhos, evidentemente, este direito; mas os Ramalhos pareciam decididos a contestá-lo, e a exigir uma explicação pública sobre o que tinha se passado no interior.

O velho Pinheiro, cercado dos seus, chegou entretanto a apoderar-se momentaneamente de seu sobrinho. Não era de uso, entre esses homens rudes, perder tempo com longos abraços; e indo direto ao fato, o velho dirigiu estas três perguntas, uma após outra, a Manoel:— Onde estão teus companheiros? Encontraram ouro? O que aconteceu com ele?

— Estão todos mortos, respondeu Manoel; após dezoito meses de peregrinações, incertos dos lugares onde vagávamos, reduzidos à metade pelas doenças e combates com os índios, tínhamos descoberto minas tais que o Brasil não conhece ainda; voltávamos carregados de riquezas, quando encontramos os Ramalhos, perdidos como nós, com a metade da gente com que partiram, e furiosos por não terem encontrado nada, atacaram-nos: a batalha só terminou com o último deles. Só com seis dos nossos, escondi nossas riquezas num lugar que reconheceria entre mil. Meus seis companheiros estão mortos de seus cansaços e feridas, e eu estou agonizante; em nome do céu, tira-me daqui!

O velho virou-se para a multidão e dirigindo-se aos Ramalhos:

— Desde quando, disse-lhes, os Pinheiros não podem entreter-se de seus negócios sem que estranhos venham espreitar e procurar surpreender seus segredos? Para fora, e que um Ramalho oponha-se à nossa passagem, se ousar!

Estas palavras transformaram-se no sinal de um grande tumulto. Os Ramalhos acolheram com vaias a ameaça indireta do velho, e longe de ceder passagem, empurraram-no ainda mais, e aos seus. Era mais do que o suficiente para que os dois lados chegassem às vias de fato. Imediatamente, cem espadas saíram de suas bainhas e brilharam ao sol. Os que esqueceram suas armas correram a toda pressa procurá-las, pois um paulista dessa época teria enrubecido em assistir como testemunha ociosa os golpes de espada tais como os que se preparavam. Num piscar de olhos a refrega tornou-se geral. Com o barulho, o padre Macedo que se encontrava numa casa vizinha assistindo um doente, adivinhou do que se tratava, e tomando um grande crucifixo suspenso na parede, lançou-se à rua. Intrépido neste momento, como fora sob as flechas dos índios, correu jogar-se no meio da peleja na esperança de se impor pela autoridade de seu hábito a estes insensatos. Mais rápido ainda do que poderia acudir o padre caridoso, o furor produziu efeitos. Quando chegou à praça, Manoel acabava

de cair, vítima de um tiro de escopeta à queima roupa em seu peito. Seu tio que apesar da idade avançada havia dado estocadas rudes aos Ramalhos, recebeu-o em seus braços, e o levava para fora da refrega.

O ferimento era mortal. O padre, vendo um homem tão próximo da morte, correu a ele como o mais necessitado; mas o velho repeliu-o com violência. Um instante padre! gritou-lhe, este homem possui um segredo que vale o reino dos céus a quem o obtiver; que ele o transmita e eu to abandono.

— As coisas do céu antes das terrenas! respondeu o padre, pelo teu Deus que levo em minhas mãos, não ousarias carregar tua consciência com a condenação de teu sobrinho!

— Faze-o depressa, retomou Pinheiro: dou-te cinco minutos; ao mesmo tempo vou rezar por sua alma.

O padre inclinou-se sobre o moribundo, segurando-lhe a cabeça com uma mão, e com a outra aproximando o crucifixo de sua boca para que ele o beijasse. Dirigia-lhe as palavras de consolação e de exortação a morrer bem, em uso em tais casos. Manoel esforçava-se evidentemente por responder: cometera sem dúvida, no transcorrer de sua vida errante, mais de uma ação cujo perdão gostaria de livrar sua consciência; mas o estertor da morte entrecortava suas palavras e tornava-as ininteligíveis.

O velho Pinheiro, o olho ao mesmo tempo nele e nos combatentes, rolava entre seus dedos as contas de um enorme terço preso à sua cintura e murmurava *paters e aves* misturando pragas de impaciência. Não interrompera senão uma vez esta ocupação piedosa, para abater com as costas de sua lâmina um dos Ramalhos que se aproximara em demasia. Batia o pé a cada instante. Finalmente, vendo que seu sobrinho só tinha mesmo a respiração, não pode conter-se por mais tempo, embora os cinco minutos não tivessem ainda passado, tomou o padre pelo hábito, e arrancou-o ao seu santo ministério.

— Manoel!... minha criança! dizia ao moribundo já metade no outro mundo, esse ouro! Faze um último esforço meu filho! Esse ouro, onde o deixaste? Respondeu, acho! . . . Dizes nas margens do Paraná? Maldição sobre mim! Ele expira! Sem ti, padre infernal, teria seu segredo! . . . São estes cachorros que o mataram; a mim os Pinheiros! a fogo e sangue os Ramalhos!

E lançou-se como um furioso no mais forte da peleja, onde quase imediatamente caiu atravessado por uma grande estocada através do coração.

A morte de um homem tão considerável produziu nos combatentes mais efeito do que toda eloquência do padre Macedo. Cessaram instantaneamente seu combate sangrento, que aliás doravante não tinha mais razão; Manoel levava seu segredo com ele. Uma dúzia de mortos achava-se estendida sobre o calçamento, sem falar nos feridos. Privados de seu chefe, os Pinheiros não puderam mais contrabalançar a influência sempre crescente de seus adversários a partir desse momento; abandonaram insensivelmente São Paulo, e muito tempo depois, quando foi fundada a trinta léguas de lá a cidadezinha de Taubaté, a maior parte de seus descendentes procuraram asilo nela. Levaram o ódio pelos paulistas legado por seus pais, e transmitiram-no fielmente à sua posteridade. Ele subsiste ainda hoje;

somente o tempo, que gastá tudo pouco a pouco, mudou-o em simples antipatia, cuja causa as duas cidades teriam dificuldade em precisar (20).

Quanto ao ouro dos Pinheiros, jaz ainda no lugar onde foi abandonado, e os espíritos do sertão mantiveram tão boa guarda em volta que nenhum homem pôde orgulhar-se de tê-lo descoberto. E como se devesse até o fim ser fatal aos paulistas, custou-lhes em seguida ainda mais sangue do que o já derramado durante as rixas que acabo de narrar. Durante quase um quarto de século, esse novo tosão de ouro tornou-se objeto de buscas ardentes de uma multidão de aventureiros. Dizer quantos cobriram com seus ossos as florestas virgens do Brasil, quão poucos retornaram às margens do Piratininga, seria inútil depois do que precede. São Paulo acabaria por despovoar-se nesta busca vã, se os magistrados não tivessem usado de todo seu poder para pôr um termo; e mesmo seus esforços teriam sido inúteis se a superstição não viesse em sua ajuda. Não vendo voltar quase nenhum daqueles que penetravam no deserto em busca do tesouro, o povo acabou insensivelmente por acreditar que ele era enfeitado. Ainda hoje dirá que certos pássaros nas florestas, que seguem os viajantes com seus gritos, são as almas daqueles que pereceram nestas tentativas, prevenindo assim os passantes de não os imitar.

Th. Lacordaire

- (20) Diz Southey: "Por duas partidas, uma de São Paulo, outra de Taubaté, que casualmente se encontraram, fora feita a primeira descoberta autêntica e proclamada pelo governo (1702). Pareciam estes bandos ter-se cordialmente amalgamado, mas quando de ambas as vilas e suas vizinhanças começaram a afluir aventureiros, principiou também a nascer um ciúme mui parecido com inimizade de modo que não queriam os paulistas trabalhar com os Taubatenses, nem estes com aqueles", op. cit., vol. 5, p. 53. Encontramos em Sérgio Buarque de Holanda, *Vale do Paraíba - velhas fazendas* (Cia. Ed. Nacional; São Paulo; 1975; p. 21) a seguinte observação: "Tamanho impulso recebeu o povoamento do sertão do rio Paraíba que, pouco mais tarde, os de Taubaté já se consideravam competidores e por vezes inimigos dos de São Paulo, unindo-os tão somente a comum aversão que votam ao emboaba."